

AÇÃO DO MPE

Juiz exige nomeação de dez defensores

O juiz de Direito Marcos de Oliveira Pinto, da 12ª Vara Cível, concedeu medida liminar impetrada pelo Ministério Público de Sergipe (MPSE) que ingressou com uma ação civil pública (ACP) requerendo ao Executivo a nomeação de dez defensores públicos. A ação pede que no prazo de 60 dias sejam chamados candidatos para o preenchimento do número de vagas atualmente existentes para o cargo de defensor público, número correspondente ao déficit. Pede ainda que sejam criados mais 104 cargos para suprir a falta desses profissionais. Foi fixada ainda uma multa de R\$ 2 mil como forma de obrigar o requerido a cumprir as obrigações jurisdicionais fixadas.

O presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado de Sergipe, Sérgio Barreto Moraes, explicou que atualmente na Defensoria existem cem profissionais, mas que somente 90 estão na ativa. "Então o MP pede nessa ação que haja o complemento desse quadro e posteriormente o aumento do número de vagas. Como a criação do cargo de defensor ainda depende de lei aprovada na Assembleia, o juiz determinou também a criação de cargos de defensor público", explicou.

Na ação foi informado que no dia 5 de julho de 2013 foi homologado o concurso para provimento de dez vagas, mais cadastro de reserva, para o cargo de defensor público substituto do Estado de Sergipe, no qual restaram 98 candidatos habilitados e que além dos cargos previstos no edital existem cargos já criados por lei, mas que ainda não estão ocupados em razão da demora na nomeação dos demais candidatos aprovados.

Ainda segundo Sérgio Barreto, a Defensoria precisa pelo menos dobrar o número de defensores existentes. Segundo ele 77,1% da população sergipana não tem defensoria. "Com isso, 500 mil pessoas deixam de ser atendidas, hoje só nós estamos em oito dos 75 municípios e isso significa um desequilíbrio e a falta de acesso dos sergipanos aos Judiciários. E o governo tem se mostrado indiferente, o governo tem que acordar para isso,

Segundo ele 77,1% da população sergipana não tem defensoria. “Com isso, 500 mil pessoas deixam de ser atendidas, hoje só nós estamos em oito dos 75 municípios e isso significa um desequilíbrio e a falta de acesso dos sergipanos aos Judiciários. E o governo tem se mostrado indiferente, o governo tem que acordar para isso, principalmente no interior do Estado, onde a população é menos beneficiada com a Defensoria. Ano passado, fizemos quase 400 mil atendimentos, mas ainda é preciso pelo menos dobrar o número de defensores”, reforçou o presidente do sindicato.